



lépticas”, informou.

Ainda segundo nota, em 2018, atendendo decisões judiciais, o governo federal gastou R\$ 617 mil para comprar medicamentos à base de canabidiol. No ano anterior, em 2017, foram gastos R\$ 277 mil. Neste ano, até agosto, foram dispensados R\$ 124 mil para aquisição desses fármacos.

No entanto, há uma ressalva: “para atender a uma única indicação terapêutica, sendo baixa a demanda, a pasta entende que não é necessária a instalação de capacidade nacional para cultivo da Cannabis spp. no Brasil, considerando ainda os riscos à saúde do cultivo indis-

criminado. Além disso, a produção em baixa escala, atendendo a uma indicação terapêutica específica para um grupo reduzido de pacientes, aumentaria o valor do medicamento”, seguiu comunicado do Ministério da Saúde.

No entendimento do CFM e da ABP, somente o canabidiol tem autorização para sua prescrição de modo compassivo o tratamento de epilepsias em crianças e adolescentes refratários aos métodos convencionais. “Isso decorre da existência de mínimos estudos em forma de pesquisa que atestam essa possibilidade”, informa nota.

CONHECIMENTO.

Cerca de 4 milhões de brasileiros poderão ser beneficiados com o CBD, segundo levantamento das empresas New Frontier e Green Hub. A estimativa de recursos a serem movimentados vai de R\$ 1,1 bilhão a R\$ 4,7 bilhões por ano. A projeção mais promissora representa o equivalente a 6,5% do total do faturamento da indústria farmacêutica no país em 2017 (R\$ 76 bilhões).

Mas, para famílias que hoje dependem do medicamento, William Dib pede seriedade. “Não é um momento para a

gente reclamar, porque um pedido de vista é, antes de mais nada, um pedido para aprimorar o projeto. Acredito que os diretores que pediram vista o fizeram para apresentar uma proposta que, na opinião deles, seja melhor do que a proposta que a gente apresentou”, disse à Agência Brasil o presidente da Anvisa, também autor da proposta que deu início à tramitação na agência.

“Estamos abertos a essa discussão. Não há motivo para perdermos a esperança de que vá ser aprovado e que em breve as famílias tenham condições de chegar à farmácia e ter acesso ao medicamento”, acrescentou. Já para as pessoas mais radicais ao uso do medicamento, ele sugere: “estudem mais, leiam mais e absorvam mais”.

“Discussões como essa já aconteceram há mais de 100 anos, quando os opiáceos (derivados do ópio) foram transformados em substâncias importantes para a analgesia, para terapias alternativas. Hoje em dia já existem mais de 350 medicamentos aprovados e registrados no Brasil, que têm origem nos opiáceos. Os produtos que serão liberados pela Anvisa não vão causar nem dependência física nem dependência psíquica”, garante ele. ■

Pública para coletar subsídios sobre as propostas em consulta.

- Agência discute a regulamentação da Cannabis medicinal no Brasil em Audiências Públicas na Câmara dos Deputados e no Senado.
- Audiência Pública na Anvisa reúne diretores e 240 participantes para debater o assunto.
- Divulgado o balanço das 1.154 contribuições recebidas durante as Consultas Públicas.
- Realizada a análise das contribuições recebidas durante as Consultas Públicas, Audiência Pública e Consultas Dirigidas.
- Consolidadas as propostas da regulamentação.
- Dicol faz avaliação das propostas finais de regulamentação sobre o cultivo da Cannabis para fins medicinais ou científicos e de registro e monitoramento de medicamentos.

